



“EU SOU MEU PRÓPRIO LAR”¹: Problemática Interseccional Das Relações De Gênero Na Esfera Privada

SANTOS, Erick Vinicius Barbosa dos²

SANTOS, Yada Maria Pereira dos³

SANTOS, Mônica Regina Nascimento dos⁴

Resumo: Este artigo discute a vida privada e seus rebatimentos sobre as relações de gênero, com foco para a mulher negra. A problemática da vida mediada pela produção de mercadorias, subordina as ações constitutivas do ser autenticamente humano, nesse bojo, as esferas pública e privada sofrem os impactos da contradição estrutural entre capital e trabalho e das particularidades que consubstanciam as relações interseccionais de classe, gênero, raça e sexualidades. Fundado em autoras como Federici (2004), Santos (2022), Davis (2016), Leacock (2019), Saffioti (2015) entre outras, o texto objetiva discutir a sujeição dos corpos femininos – cis e trans – à dominação masculina, e ao processo de mecanização do corpo para a produção de capital, no bojo da divisão sexual do trabalho. Muitas das expressões das mazelas sociais são empurradas para a esfera do privado, como uma forma de criar uma barreira de censura mural a impedir a reflexão crítica aprofundada e o combate às diferentes formas de opressão e violência que ocorrem no interior do lar. Essa problemática impõe pensar as relações de gênero como um fenômeno social singular em estreita relação com a estrutura social. A análise da literatura revelou que há muitas nuances a serem consideradas, pois, o lar e as relações de gênero, entre os povos originários, possuíam um arranjo social baseado na igualdade e para as mulheres

¹ Verso da música Triste, louca ou má, da banda Francisco, el hombre.

² <https://orcid.org/0009-0004-8452-1299>. ID Lattes: 9947379301404783. Aluno do curso de Pedagogia da UFAL Sertão, integrante do GENIR (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Igualdade e Reprodução Social). Email: Erick.santos@delmiro.ufal.br

³ <https://orcid.org/0000-0002-5453-1005>. <http://lattes.cnpq.br/9421812201806075>. Aluna do curso de Pedagogia da UFAL Sertão, integrante do GENIR (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Igualdade e Reprodução Social). Email: yada.santos@delmiro.ufal.br

⁴ <https://orcid.org/0000-0002-4587-6036>. <http://lattes.cnpq.br/4479385817803155>. Profa. Dra. Da UFAL Sertão, coordenadora do GENIR e do NUDES (Núcleo de Estudos, Extensão e Pesquisa sobre Diversidade e Educação no Sertão Alagoano). Email: monica.santos@delmiro.ufal.br

escravizadas, o lar representava o “terrível fardo da igualdade”. Em conclusão isto evidencia a necessidade de se apreender a interseccionalidade das relações de gênero dada a relevância do tema.

Palavras-chave: O lar; Interseccionalidade; Relações de gênero; Esfera privada.

1. Introdução

No âmbito da sociedade capitalista as relações de gênero estão mediadas pela produção de mercadorias, nesse bojo, as interações que se produzem nos espaços privados como o lar, sofrem o impacto desta mediação e geram rebatimentos sobre a dinâmica social, por ser uma via de mão dupla, onde o singular e o universal estão em constante movimento dialético. Neste sentido, este artigo discute a interseccionalidade as relações de gênero na vida privada, com foco para as violências e violações de direitos às quais a mulher negra está acometida.

Na particularidade do privado, o entrelaçamento entre a esfera pública e privada, revelam a contradição estrutural entre capital e trabalho e como corolário, as relações de gênero ali estabelecidas reproduzem a mecanização do tempo cartesiano do trabalho, subalternizando os corpos femininos, retirando das relações cotidianas a perspectiva do humano, da singeleza da vida dedicada ao deleite do que é autenticamente humano. As mulheres negras estão na base destas relações e suas demandas, por suas funções laborais estarem majoritariamente vinculadas à vida doméstica, são secundarizadas. Esse processo se assenta em relações de poder, e em virtude disto, o silêncio social cúmplice empurra para debaixo do tapete questões fundamentais que são protegidas pelo tabu do manto moral. Deste modo este artigo tenta lançar luzes sobre um tema relevante que precisa ganhar maior visibilidade no espaço acadêmico.

2. A dominação de gênero na esfera privada

Nos tempos hodiernos, a correria do tempo cartesiano e a luta pela sobrevivência no interior de relações de compra e venda da força de trabalho, próprias da sociabilidade de tipo burguês, muitas vezes, nos impele ao ritmo da automação e nos retira a possibilidade de fazer reflexões profundas sobre o drama humano, sobre a necessidade de sopesar a vida a partir de preocupações genuinamente humanas. Destarte,

a possibilidade de que algo nos passe ou nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar os outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (Larrosa, 2004, p. 160).

A problemática da vida mediada pela produção de mercadorias, subordina as ações constitutivas do ser autenticamente humano. Nesse bojo, as esferas pública e privada sofrem os impactos da contradição estrutural entre capital e trabalho e da reprodução da dinâmica social estruturalmente racista, patriarcal, machista, misógina, anti-LGBTQIAPN+, entre outras particularidades que consubstanciam as relações interseccionais de classe, gênero, raça e sexualidades. E assim, as ações constitutivas do ser autenticamente humano ficam subsumidas nas contradições e antagonismos da vida mediada pela produção de mercadorias.

Muitas destas expressões das mazelas sociais são empurradas para a esfera do privado, como uma forma de criar uma barreira de censura mural a impedir o debate, a reflexão aprofundada e o combate às diferentes formas de opressão que ocorrem no interior do lar. No entanto, a insurgência de discussões, na esteira do protagonismo dos movimentos sociais, muitos deles, de matiz identitária, sobre temas fundamentais, comumente relevados a segundo plano, tem suscitado novas percepções e reflexões sobre o lugar do privilégio, da tradição, do padrão, do normativo, entre outros correlatos, destinado a determinados grupos no interior da sociabilidade burguesa, marcadamente, grupos formados por homens brancos, ricos, cisheteronormativos. Nesse bojo, o lar enquanto espaço da esfera privada, passa a ser problematizado com vistas a desconstrução de rótulos e estigmas.

No âmbito da exploração social, as mulheres são acometidas pelo que (FEDERICI, 2004) chamou de patriarcado do salário que é a subordinação das mulheres à força de trabalho masculina, no processo de mecanização do corpo para a produção de capital, no bojo da divisão sexual do trabalho que privilegia o masculino em todas as suas expressões.

As relações de gênero constitutivas da esfera privada são um fenômeno social singular, marcado pelo espaço/tempo, em estreita relação com a estrutura social, onde se verifica a confluência “de processos micro e processos macro, atravessando a malha social” (SAFFIOTI, 2015, p. 85), em que homens e mulheres foram enredados. Nesta

configuração todos comparecem como sujeitos de uma relação, contudo, quando se trata de relações de abuso, violência e violações, não significa que as vítimas – igualmente sujeitos – sejam cúmplices de seus agressores.

A violência de gênero decorre “de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino” (SAFFIOTI, 2015, p. 85), não importando sua configuração: cis, trans ou outras e tem por trás uma relação de poder. Todavia, é importante frisar que a violência de gênero – embora tenha muitas tipificações – é apenas uma das expressões das relações de poder que geram violência e violações de direitos na esfera privada. Há, ainda no espaço do lar, outras manifestações relevantes, a “exemplo das babás e empregadas domésticas, em geral negras que, vestidas de branco, criam os herdeiros do capital, são diariamente vítimas de assédio moral, da violência doméstica e do abandono” (ALMEIDA, 2015, p. 749).

A opressão e violação de direitos nos lares ficou bem mais evidente durante a pandemia de covid-19, alguns estudos evidenciaram que as mulheres negras foram as mais impactadas (FERREIRA; SANTOS, 2021), não atoa, a primeira pessoa a morrer de covid-19 no Brasil foi uma mulher negra, que teve de deixar a segurança do seu lar para trabalhar como empregada doméstica. Ainda durante a pandemia de covid-19, enquanto para muitos o lar serviu como refúgio para escapar da letalidade do coronavírus, ele também funcionou como cárcere privado para os corpos femininos cis, ou trans, sobretudo negros, das pessoas que se viram confinadas com seus agressores durante o isolamento social da quarentena. Portanto, o lar é um espaço social, na esfera do privado, que evoca inúmeras contradições e referentes de ordem cultural, religioso, político entre outros, postos pela dinâmica social, muitas vezes adoecida pela estrutura misógina, sexista, machista, racista, anti-LGBTQIAPN+.

A análise da literatura revelou que há muitas nuances a serem consideradas em estudos desta natureza, pois, o lar e as relações de gênero, manifestam configurações geopolíticas muitos singulares em cada tempo histórico. Entre os povos originários, os lares tinham outro tipo de conotação e arranjo social, majoritariamente, baseados na igualdade (LEACOCK, 2019), ao passo que para as mulheres escravizadas, o espaço chamado de lar representava o “terrível fardo da igualdade”, pois, “em meio à opressão, gozavam de igualdade com seus companheiros no ambiente doméstico, por outro lado elas também afirmavam sua igualdade de modo combativo, desafiando a desumana instituição da escravidão” (DAVIS, 2016, p. 31). Essas ponderações evidenciam que não dá para discutir as relações de gênero desapartadas da malha social. A opressão e

violência de gênero ocorre numa relação, em que mulheres e homens estão acometidos, com papéis e funções sociais distintas, nas quais, são as mulheres as maiores vítimas, portanto, não são temas exclusivos da vida privada, mas, sim, expressões da questão social mais ampla.

3. O lar como descrito em Wendy Goldman, Ângela Davis e Heleieth Saffioti

A esfera privada, marcadamente, o lar, tem se configurado, em diversos contextos, como espaço privilegiado de manifestação de violência e violações de direitos, no chamado “ciclo da violência” (SAFFIOTI, 2015, p. 84), ao qual a mulheres, sobretudo negras e LGBTQIAPN+ estão submetidas, retirando delas sua condição de sujeitos de direitos, portanto, mesmo para os rebaixados parâmetros da sociabilidade burguesa⁵ que subordina corpos negros, é uma discrepância. No ciclo da violência, os direitos humanos viram mera retórica política, não apenas porque as instituições públicas – com exceção das relacionadas ao sistema prisional – não enxergam os corpos subalternizados, mas, principalmente porque a sociabilidade burguesa proclamou uma igualdade formal que coexiste sem rivalizar, com a desigualdade real, portanto, operando “uma cisão no indivíduo entre sua esfera pública e sua esfera privada, sua vida real e sua cidadania outorgada pela sociedade civil” (SANTOS, 2022, p. 250). O fato de a opressão e a violência de gênero fazerem parte de uma relação social de poder onde os corpos que assumem os papéis da masculinidade e da feminilidade comparecem como sujeitos⁶, não como objetos, não significa que haja cumplicidade⁷ entre vítimas e agressores, para que assim o fosse, seria preciso que as vítimas dessem “seu

⁵ “o princípio da igualdade proclamado pela sociabilidade burguesa, não é uma simples questão no âmbito do direito social, é o resultado de relações sociais dicotômicas, em cuja essência residem antagonismos insolúveis na esfera política” (SANTOS, 2022, p. 245).

⁶ Aqui é importante refletir sobre as relações de poder que fundamentam as relações sociais de gênero, mesmo no caso das pessoas não binárias ou agênero, elas estão submetidas a essas configurações que privilegiam os corpos do contexto da masculinidade.

⁷ “Trata-se de caso similar à relação patrão-empregado. Este último não consente com as condições do contrato, tampouco com o salário, mas cede, pois quase sempre é abundante a oferta de força de trabalho e escassa a oferta de postos de trabalho, particularmente neste momento histórico” (SAFFIOTI, 2015, p. 84-85).

consentimento às agressões” e pudessem “desfrutar de igual poder” (SAFFIOTI, 2015, p. 84) usufruído pelos agressores.

Antes de seguir, é importante distinguir as categorias exploração, opressão e violência de gênero, as quais, muito embora sejam diferentes, fazem parte do complexo espectro de dominações da malha social. Por si sós, elas evidenciam a interseccionalidade existente entre classe, gênero, raça e sexualidades.

A exploração diz respeito ao contexto do antagonismo social entre as classes sociais, da exploração da força de trabalho pelo capital, no qual, as pessoas comparecem com graus diferentes de subordinação, numa escala que privilegia corpos brancos, ricos, masculinos, cis, heteronormativos, cristão, sem deficiência, do eixo geopolítico ocidental. Na exploração social, as mulheres são acometidas pelo que Federici (2004) chamou de patriarcado do salário⁸, deste modo, mesmo exercendo as mesmas atividades que os homens no mercado de trabalho, não gozam das mesmas prerrogativas destes, no acesso aos vencimentos salariais e espaços de poder no exercício de suas funções.

Já a violência de gênero decorre “de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino” (SAFFIOTI, 2015, p. 85). É fundamental observar que essa organização social de gênero não se dá enquanto relação interpessoal, pois, afirmar que

as relações de gênero são relações interpessoais significa singularizar os casais, perdendo de vista a estrutura social e tornando cada homem inimigo das mulheres (Delphy, 1998). Nesta concepção, o encontro amoroso seria impossível. E ele é possível, apesar de os destinos de gênero (funções sociais de homens e mulheres) – traçados pelas estruturas de poder – apresentarem muita força. Em outros termos, nunca é demais realçar, o gênero é também estruturante da sociedade, do mesmo modo que a classe social e a raça/etnia (SAFFIOTI, 2015, p. 87).

Convém esclarecer que apreender as relações de gênero, marcadas pela violência, como parte constitutiva dos fundamentos da estrutura social, não significa diminuir sua importância, muito menos aliviar a culpa dos agressores. Segundo Saffioti, um grave erro na análise destas questões é a patologização do agressor, como se eles fossem doentes mentais, pois, não são, ou ainda, culpabilizar os pobres, como se a violência fosse uma condição gerada pela pobreza. “Imputar aos pobres uma cultura da violência significa pré-conceito” (SAFFIOTI, 2015, p. 87) xenofóbico e nada mais é que uma das faces do racismo estrutural.

⁸ Baseado na divisão sexual do trabalho, a categoria patriarcado do salário “é uma grande contribuição desta autora para esse debate, pois, explicita a forma como as mulheres se tornaram, inclusive, servas da força de trabalho masculina, esse controle não foi meramente ideológico, diz respeito também ao que Federici chama de mecanização do corpo proletário, e sua transformação em máquina de produção de novos trabalhadores” (SANTOS, 2022, p. 131).

Por sua vez, a opressão de gênero compõe o léxico das relações patriarcais e raciais entre outras, de acordo com LEACOCK (2019, p. 50), minimizar os efeitos da opressão e sua articulação com a exploração é um “vão empreendimento sociológico; não condiz com a análise marxista”. No caso específico das mulheres negras, observa-se que elas estão submetidas não apenas a opressão masculina, como ao jugo dominador das mulheres brancas.

A situação das mulheres negras exemplifica isso: percebem os mais baixos salários, são empurradas para os ‘trabalhos improdutivos’ (aqueles que não produzem mais-valia, mas que são essenciais, a exemplo das babás e empregadas domésticas, em geral negras que, vestidas de branco, criam os herdeiros do capital), são diariamente vítimas de assédio moral, da violência doméstica e do abandono; recebem o pior tratamento nos sistemas ‘universais’ de saúde e suportam, proporcionalmente, a mais pesada tributação. A descrição e o enquadramento estrutural desta situação revelam o movimento real da divisão de ‘classes’ e dos mecanismos institucionais de exploração no capitalismo (ALMEIDA, 2015, p. 749).

Como dito por Ângela Davis, as mulheres negras estão na base da dinâmica social, quando elas se movimentarem – no sentido da reivindicação organizada – movimentarão toda a sociedade. A opressão, assim como a violência de gênero não é exclusividade da esfera privada, embora fique muito mais evidente neste âmbito, pois, é no lar que o entrelaçamento da exploração, violência e opressão se materializam de forma mais intensa, sem, contudo, levantar suspeitas, por estarem protegidas pelo tabu moral da barreira do privado, do sagrado espaço da propriedade privada.

Por fim, a dominação de gênero na esfera privada é fruto do pensamento patriarcal e está alicerçada no tripé exploração, opressão e violência de gênero que alimentam a reprodução social do capital e as relações estruturalmente racistas, misóginas e anti-LGBTQIAPN+. A dominação de gênero sujeita os corpos femininos em todas as expressões do escopo LGBTQIAPN+, uma sujeição que envolve segundo Saffioti (2015), a satisfação sexual dos homens, a reprodução dos herdeiros, a reprodução da força de trabalho e das novas reprodutoras. Portanto, a dominação vai além da objetificação dos corpos, pois diz respeito, inclusive ao controle deles em múltiplas dimensões: física, política, econômica, cultural, religiosa, etária entre outras.

No âmbito da proteção cúmplice de agressores, são produzidos discursos de legitimação e normalização das violências e violações de direitos. É comum as mulheres serem vinculadas ao lar, expressões como “rainha do lar” exemplificam bem isso. Nessa configuração o lar geralmente é representado socialmente como espaço de refúgio, conforto, e domínio das mulheres, marcadamente pelo interesse masculino de as

confinarem em casa. Contudo, o lar é antes de tudo um espaço onde se manifestam as contradições sociais. As disputas sociais ficam bastante evidentes no lar enquanto esfera de micropoder.

O que significa o lar para as mulheres? Essa pergunta tem diferentes respostas, a depender do contexto social. A ideia de privação da liberdade, em tese, não combina com a palavra lar, mas, na existência concreta a vida se desenrola por parâmetros difusos daqueles postos pelos padrões sociais.

“Não chore por minha causa; foi aqui na prisão que conheci a liberdade”. Quanto deve haver sofrido esta mulher nas garras de seu marido para conhecer a liberdade na clausura! Então, a democracia não começa em casa? (SAFFIOTI, 2015, p. 56).

O lar, pode ter diferentes significados a partir de marcadores sociais como classe, gênero, raça e sexualidade.

Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras. (DAVIS, 2016, p. 17).

As mulheres negras deste período recortado por Davis, que trabalhavam mais fora de casa, não possuíam mais privilégio que as brancas em virtude disto, pelo contrário, por estarem relacionadas ao contexto da escravidão perdiam o status de humanas, esse padrão onde o trabalho define a condição de dignidade dos sujeitos segue até os dias atuais. A mulher negra carrega “os fardos da igreja e da escola e sustenta muito mais do que a parte que lhe cabe na economia do lar” (DAVIS, 2016, p. 152).

As mulheres negras, trabalhando fora ou dentro de casa⁹, por estarem, majoritariamente, em funções consideradas periféricas da divisão sexual¹⁰ e social do trabalho, não ganham relevância na dinâmica societária. Na verdade, são funções fundamentais para a reprodução social do capital e de sua força produtiva, contudo, pela lógica de subordinação da força de trabalho no sistema produtivo, acabam sendo relegadas a um plano secundário de reconhecimento e valorização mais que isso,

⁹ “Embora raramente tenham sido “apenas donas de casa”, elas sempre realizaram tarefas domésticas. Dessa forma, carregaram o fardo duplo do trabalho assalariado e das tarefas domésticas” (DAVIS, 2016, p. 233).

¹⁰ “Como Friedrich Engels argumenta [...] a desigualdade sexual, como a conhecemos hoje, não existia antes do advento da propriedade privada. Durante as primeiras eras da história da humanidade, a divisão sexual do trabalho no interior do sistema de produção econômica era complementar, e não hierárquica” (DAVIS, 2016, p. 227).

tiveram sua feminilidade condicionada a esse preceito ideológico, que “estabeleceu a dona de casa e a mãe como modelos universais de feminilidade” (DAVIS, 2016, p. 231).

Para as mulheres bolcheviques revolucionárias – brancas e negras¹¹ – o lar era sinônimo de prisão e impedimento para a igualdade de gênero, pois, aprisionava as mulheres nas tarefas domésticas, sobre isso, a única solução “segundo Preobrazhenskii, seria um “grande caldeirão público, que substituísse as panelas das casas” (GOLDMAN, 2014, p. 19). A solução consistia em repassar ao Estado todas as funções que prendiam as mulheres em casa e impediam sua emancipação, tais como: cuidados com os filhos, com a casa, com a alimentação entre outras, o que implicava na criação de creches, cozinhas coletivas, lavanderias públicas entre outras atividades típicas do lar.

No debate feminista deste período, havia uma nota dissonante, enquanto as feministas modernas apostavam na redistribuição das tarefas no interior das famílias, “aumentando a porção do homem nas responsabilidades domésticas” (GOLDMAN, 2014, p. 19), portanto mantendo estes temas na esfera privada, os bolcheviques apostavam na transferência do “trabalho doméstico para a esfera pública” (Idem) o que produziria o definhamento da família.

Diante de todo o exposto, resulta que o lar é uma construção social que guarda inúmeras contradições, no contexto das atividades domésticas, se para uns elas são apreendidas como trivialidades, para o sistema reprodutivo do capital são funções fundamentais que asseguram a reprodução biológica e social da força de trabalho. E a ideia de colocar as mulheres nos trabalhos remunerados fora de casa para emancipá-las, na verdade potencializou sua opressão e exploração, pelo aumento de suas jornadas de trabalho.

4. Considerações finais

Diante destas contradições se conclui que há ainda muito a ser estudado, pela relevância do tema e pela necessidade de se apreender a interseccionalidade das relações

¹¹ Sobre a presença de mulheres negras na linha de frente das fileiras bolcheviques ler: a revolução russa, as mulheres negras bolcheviques e a reprodução social, disponível em: <https://lavrpalavra.com/2021/03/15/a-revolucao-russa-as-mulheres-negras-bolcheviques-e-a-reproducao-social/>, acesso em setembro de 2023.

de gênero com vistas ao protagonismo feminino cis e trans nas esferas públicas e privadas. Vale ressaltar que o debate sobre o lar precisa ganhar visibilidade e profundidade, por se tratar de um micro espaço de poder onde as mulheres, sobretudo negras, sentem mais intensamente as manifestações do sistema de exploração, opressão, violência e violações de direitos. Aqui se buscou trazer alguns elementos de reflexão para contribuir nas discussões sobre uma problemática que não pode mais ser tratada como assunto trivial que não tem eco no debate científico.

6. Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Estado, direito e a análise materialista do racismo**. In: Celso Naoto Kashiura Junior; Oswaldo Akamine Junior, Tarso de Melo. (Org.). Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas. São Paulo: Outras Expressões; Dobra universitário, 2015.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Helci Regina Candiani (Trad.), 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução do coletivo Sycorax, disponível em: <http://coletivosycorax.org/indice>, acesso em julho de 2023.

FERREIRA, Lígia; SANTOS, Mônica. **O impacto da pandemia para o gênero e a raça nas periferias** (In) Impactos psicossociais da pandemia [recurso eletrônico]: contribuições do Núcleo Alagoas da ABRAPSO / Suzana Santos Libardi, Marcos Ribeiro Mesquita [organizadores]. – Maceió, AL: EDUFAL, 2021.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, estado e revolução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

LARROSA, J. Linguagem e educação depois de Babel. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LEACOCK, Eleanor Burke. **Mitos da dominação masculina: uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural**. São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado e violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Mônica Regina Nascimento dos. **A (des)igualdade no processo de acumulação de capital na formação socioeconômica do Brasil**. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.